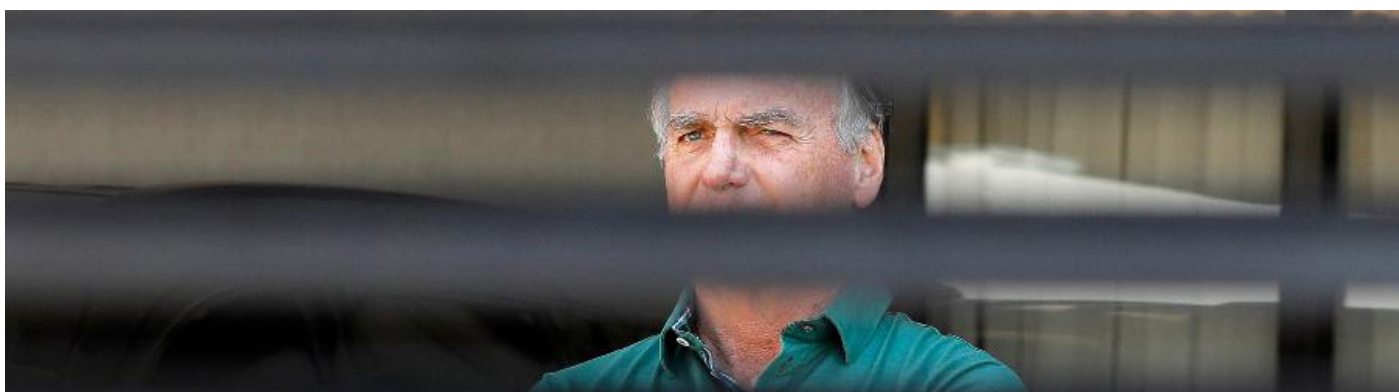


Bolsonaro na cadeia: momento histórico de punição ao golpismo



Condenado pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência, grave ameaça contra patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, Jair Bolsonaro, finalmente, está na cadeia. O Supremo Tribunal Federal (STF) decretou o cumprimento da pena de prisão para o ex-presidente, condenado a 27 anos e três meses em regime fechado, na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, onde ele está preso desde 22/11, após tentar romper a tornozeleira eletrônica.

Além de Bolsonaro, já receberam a ordem de cumprimento das penas os demais envolvidos na

trama golpista. São eles: Mauro Cid, Walter Braga Neto, Anderson Torres, Almir Garnier, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Alexandre Ramagem, esse foragido da Justiça. Este é um momento histórico, pois pela primeira vez, no Brasil, militares de alta patente são julgados e presos depois de planejarem um golpe de estado. Os fatos demonstram que o golpismo foi um projeto articulado no alto comando do poder e a lição é de que ninguém está acima da lei.

Jair Bolsonaro também cometeu crimes contra a Petrobrás e a soberania nacional que merecem ser punidos. A categoria petroleira não se esquece de que foi no governo do ex-presidente que a Petrobrás foi retirada do

setor de fertilizantes, deixando mais de mil trabalhadores desempregados. Em 2019, a Transportadora Associada de Gás (TAG), responsável por quase toda a malha de gasodutos do Norte e Nordeste, foi vendida e entregue ao capital estrangeiro. Em 2020, foi a vez da Liquigás ser privatizada, impactando diretamente o bolso da população.

Entre 2021 e 2022, a participação da Petrobrás na BR Distribuidora também foi vendida, representando a retirada da estatal na distribuição de combustíveis no país. Além, da privatização das refinarias Rlam (BA), Reman (AM), SIX (PR) e PRCC (RN), o que elevou os preços dos combustíveis, impactando a inflação. O governo Bolsonaro colocou à venda

8 das 13 refinarias da estatal, entre elas a Regap, que por pouco não teve o processo efetivado.

Enquanto a Petrobrás era fatiada, os acionistas lucraram 316 bilhões em apenas dois anos, valor superior ao lucro líquido da empresa. O preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha disparou, pesando no bolso dos brasileiros, por causa do famigerado Preço de Paridade de Importação (PPI), que só mudou no atual governo Lula.

A categoria petroleira, assim como os brasileiros que perderam entes queridos na pandemia de Covid-19, jamais vai se esquecer das consequências da nefasta política bolsonarista e tem muitos motivos para comemorar quando a justiça é feita.

FUP avalia negociações e próximos passos para avanços no ACT 2025

Após a categoria petroleira rejeitar de forma massiva a primeira contraproposta da empresa para o ACT 2025, aconteceram, entre os dias 17 e 26/11, reuniões de negociação entre a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a gestão do Sistema Petrobrás. Foram abordadas questões relativas às relações sindicais; prestação de serviços; AMS; E&P; benefícios; SMS e Combate à Violência no Trabalho.

A FUP também se reuniu, em 19/11, com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, para tratar de questões relacionadas ao fortalecimento do Sistema Petrobrás e à pauta de reivindicações da categoria, destacando o fim dos equacionamentos da Petros; a prorrogação do prazo de validade do concurso público da Petrobrás 2023, a convocação de todo o cadastro de reserva; e a Pauta pelo Brasil Soberano, com destaque para as propostas de recompra de ativos estratégicos que foram privatizados, de retorno da estatal à distribuição

de combustíveis e gás, de fortalecimento da produção de fertilizantes e da transição energética justa, soberana e popular.

Na nova rodada de negociação, em 25/11, para tratar do acordo que regulamentará as Paradas Programadas de Manutenção, pauta incluída no processo de negociação do ACT, a direção da FUP cobrou da Petrobrás avanços no acordo sobre Paradas de Manutenção e alertou que mudanças no regime de trabalho não podem ser impostas. Foi reforçado que as Paradas são atividades extraordinárias e essenciais para a segurança operacional, exigem planejamento minucioso e, por isso, requerem condições adequadas para os trabalhadores envolvidos.

As avaliações sobre a negociação com a empresa e os próximos passos da campanha reivindicatória serão discutidas na reunião do Conselho Deliberativo da FUP, prevista para 27/11. Para saber mais, acesse os canais de comunicação do Sindipetro/MG.

Contratados encerram greve com conquistas



A greve de contratados da Regap encerrou na última terça (25/11), após 8 dias, tendo a adesão de cerca de 2 mil trabalhadores de diversas empresas. Os trabalhadores realizaram mobilizações e assembleias na portaria da Regap, com o apoio do Sindipetro/MG, e tiveram avanços importantes.

O fim do movimento grevista ocorreu após a celebração de um acordo entre o Sitramonti e a representação patronal, com intermediação do TRT-MG. O acordo prevê reajuste salarial de 7%, com valores salariais equivalentes ao da Regap, de Araucária (PR). O TRT determinou a quitação do adiantamento da PLR, que teve um aumento de 10%; o aumento do valor da Cesta Básica de R\$ 900,00 para R\$ 1.100,00 e da Cesta de Natal de R\$ 350,00 para

R\$ 700,00. Os dias parados deverão ser compensados aos sábados, sendo no máximo dois sábados por mês, com prazo de 90 dias para regularização.

Uma das principais reivindicações do movimento foi a equiparação salarial com outras refinarias do país, além de melhores condições de trabalho e o fim das retaliações contra aqueles que lutam por seus direitos.

O coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, elogiou a disposição de luta dos trabalhadores contratados. “Mesmo diante de adversidades, os trabalhadores construíram uma forte união capaz de sustentar a mobilização nessa importante greve. O Sindipetro/MG será sempre solidário nas lutas dos contratados por avanços em suas conquistas”, afirma.